**PECULATO — PREFEITO MUNICIPAL — PRESTAÇÃO DE
CONTAS**

— Cabendo privativamente à Câmara Municipal a tomada de contas do Prefeito, não é possível, antes dela, ao Poder Judiciário, apurar alcance criminoso.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Apelante: José Alves

Apelação criminal n.º 39.894 — Relator: Sr. Desembargador

EDGAR DE MOURA BITTENCOURT

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de apelação criminal n.º 39.894, da comarca de Dois Córregos, em que são apelantes e reciprocamente apelados

a Justiça Pública e José Alves: Acordam os juizes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, por votação unânime e adotado o relatório de fls., como parte integrante dêste julgado, repelir a primeira pre-

liminar de nulidade do processo, e por maioria de votos, acolher a segunda preliminar, suscitada pelo revisor, e, assim decidindo, anulam o processo *ab initio*, sem prejuízo das medidas administrativas que possam caber contra o réu.

Quanto à primeira preliminar, qual a aplicação irregular contra o réu da pena de revelia, a matéria já foi decidida pela egrégia Seção Criminal, em *habeas corpus* impetrado em favor daquele e reexaminada a questão, na instância da apelação, em face do prejuízo real ou potencial à defesa, verifica-se que não ocorreu, o que afasta a possibilidade da decretação da nulidade.

No tocante à outra preliminar, a omissão do julgamento das contas do prefeito, pela Câmara Municipal, acarreta a nulidade do processo.

O art. 22 da Constituição federal legitima o art. 34, n.º IV, da Lei estadual n.º 1, de 18 de setembro de 1947 (Lei Orgânica dos Municípios). Aquêlê inciso assim dispõe: “*competete privativamente*

à Câmara Municipal tomar e julgar as contas do prefeito”.

Se compete privativamente, vale dizer com exclusão de qualquer outra autoridade, não é possível que o Poder Judiciário intervenha, em processo cível ou criminal, na apuração do alcance do prefeito.

No caso dos autos, foi isso o que se verificou. A Câmara Municipal, em lugar de tomar as contas do prefeito, julgando-as boas ou más e dando-lhe, nessa última hipótese, oportunidade para repor o alcance, mandou abrir sindicância, desde logo intrometendo o Judiciário em coisas de sua exclusiva atribuição. Não podia agir assim. Sem antes apreciar as contas, julgando-as por lei ou resolução, não há falar em peculato ou outro qualquer crime.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 13 de novembro de 1953.
— *J. Augusto de Lima*, Presidente. —
Edgar de Moura Bittencourt, Relator designado. — *Pereira da Costa*, vencido.
— *Ulisses Dória*.